

AS DISCUSSÕES SOBRE O RACISMO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA; E A SUA INTERFERÊNCIA NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE.

DA SILVA, Thiago Leandro
UFG/CAJ
bricolagens@gmail.com
PIBIC

Palavras-Chave
Preconceito - Sistema educacional - Sociedade.

Introdução.

Este texto é resultado de um projeto apresentado à comissão da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás no Campus Jataí, e tem como proposta a busca por um entendimento da exclusão do negro das políticas públicas nacionais em particular das políticas educacionais goianas.

Temos um sistema que separa as pessoas por sua condição de classe ou raça, tanto na sociedade quanto na escola, mas a escola é privilegiada, pois a partir dela podemos propor um debate educacional voltado ao respeito mútuo, onde alunos aprendem a buscar conhecimento e respeitar as diferenças de seus companheiros de maneira natural para quando saírem da escola tenha condições de passar esta política à diante, tornado uma sociedade mais digna e justa no tratamento de pessoas diferenciadas por suas características físicas.

Objetivos.

O objetivo deste trabalho se baseia na idéia de entender a formação educacional e de que forma esta influência no processo de criação de preconceitos em sala de aula. Cabe ao professor preparado remunerado e consciente de seu papel social a busca por uma educação mais igualitária e assumir para si o desafio de lutar contra o racismo em sala de aula ou nas dependências da escola para que um dia possa este colher os frutos deste investimento na sociedade.

Então cabe ao professor a difícil tarefa de primeiramente entender que no Brasil existe preconceito racial e que este é nocivo a toda a sociedade, e depois se desprender de seus próprios preconceitos, e a partir daí buscar em sala de aula a discussão para tais problemas demonstrando aos alunos que estes problemas existem na sociedade e que devem ser combatidos.

(...) - formação acadêmica e desconstrução de seus preconceitos -, o professor deve estar preparado para resolver as situações “embaraçosas” na sala de aula, ou seja, as situações nas quais o racismo mostra-se de maneira menos dissimulada e, na maior parte das vezes, o professor não sabe como resolvê-la, ficando em silêncio. Essa sua atitude fala mais alto do que muitas palavras. (SCHÜTZER p.133 2002).

Devemos antes de tudo entender que o preconceito seja ele por raça, religião ou por qualquer diferença aparente é presente na sociedade e que suas ações geram conflitos constantes e diários dentro do meio social, e que a escola sempre irá refletir as idéias e preconceitos que existem na sociedade em si e infelizmente não está fora desta prática; o preconceito está dentro das escolas, mas de maneira mais perigosa do que se pode imaginar, pois o ato do preconceito é exercido sem a percepção clara deste ato escondido por traz da “inocência” infantil. Assim pais, mestres e alunos acabam por fixar práticas preconceituosas como normais ou como brincadeiras de criança. Mas tal atitude perante nossas crianças em futuro próximo irá causar um grande estrago social, onde crianças que brincam ironizando diferenciações sociais serão adultos que segregam por diferenciações.

A prática de racismo às vezes nem é percebida por seu executor por conta de estar incutido nos costumes populares, por ser este desde a escola, aceito por todos inclusive professores e pais, por acharem isso uma atitude infantil, mas que humilha e segrega outras crianças com diferenciações presentes em comparação com a sociedade que as rodeiam, tais crianças vão crescer presenciando o menosprezo exercido sobre elas tornando-as adultos desmotivados mais uma vez condenados ao fatalismo social¹.

O Fato é tais atitudes discriminatórias fazem parte do dia-a-dia das escolas as escolas somente agora estão se adaptando a tornar possível este debate, mas muitas vezes estes debates não são bem vistos ao meio escolar por representar uma polemica e por isso às escolas ainda evitam discutir tais questões em seu interior, como se discutir relações étnicos raciais fosse assumir a culpa de que há racismo em seu interior.

A violência simbólica e concreta revela-se durante o processo de observação do cotidiano escolar, estando presente também na fala dos profissionais da escola. Todavia, os desentendimentos desrespeitosos e as discriminações são, por vezes, compreendidos como ações inerentes à interação entre crianças. (CAVALLEIRO p.73 2005).

¹ Fatalismo social consistem em condenar uma parte da população a ser o que se espera para sua classe social, ignorando a capacidade individual de cada um.

Em muitos casos as práticas de racismo são tidas como brincadeiras e relevadas por professores que não buscam explicar para os alunos que o preconceito é presente na sociedade e ensiná-los a lidar com tais questões de maneira mais conscientes. Inicia-se então uma reação em cadeia que leva jovens negros a não buscarem suas possibilidades que por muitas vezes não se fazem presentes de maneira facilitada, e acabam por assumir os cargos mais baixos da sociedade, isso agrava e estigmatiza ainda mais a imagem que os jovens negros tem de sua própria raça, tiram da criança o imaginário infantil de ser “alguém na vida”, tais atitudes às vezes podem partir até mesmo de seus próprios familiares já desmotivados.

Em decorrência da educação discriminatória e, consequentemente, desigual, o baixo nível de escolaridade da população negra contribui para manter a sua exclusão do mercado de trabalho, agravada pelas constantes e intensas reatualizações do mundo contemporâneo.(CAVALLEIRO p.70 2005).

A partir desta óptica vamos ter a possibilidade de entender como vai ser a formação do negro no Brasil, devemos sempre levar em conta que a educação brasileira não foi pensada na diversidade racial deste país, na verdade se planejava uma educação branca, o negro somente foi conquistando seu espaço em sua luta diária por direitos e igualdades. E durante este processo o negro foi apenas ocupando o canto da sala, sendo o corpo estranho daquela sociedade ou um ato de caridade, na educação que recebemos tradicionalmente, o negro foi excluído da realidade brasileira somente sendo lembrado quando no livro didático de história relatava a vida dos escravos; então a criança negra cresce tendo a imagem de seus descendentes com a de escravos sem futuro, os heróis da nação nunca foram negros, os poetas ou escritores nem músicos. Nada que fizesse mesmo com a mísera lusão de um negro genial que se destacara na história de nosso país é lembrando, nem mesmo negros de outros países são utilizados como referências para as crianças negras em nossas salas de aula.

Por isso a defesa de direitos não cedidos nem proporcionados como caridade, mas sim conquistados por intermédio de uma luta, luta essa que vem sendo travada desde que o primeiro negro pisou em solo brasileiro. E dar às crianças negras a consciência de que eles devem continuar com esta luta, e para as crianças brancas que elas devem respeitar o direitos de cada membro da sociedade, e fazer jus ao papel fundamental da educação, de educar para a sociedade e não para o trabalho.

Desde o início do processo de formação de uma mão-de-obra escrava, já submeteu o negro proveniente da África à condição de “inferior” e durante toda a trajetória destes homens negros neste país, a segregação e a submissão foram constantes.

Na elaboração de uma educação nos moldes jesuíticos, Manuel da Nóbrega menciona: “*aos índios a catequese e aos negros o trabalho*”, isto mostra o lugar que é destinado ao negro neste país.

Na sociedade escravista tivemos os conflitos diretos, onde escravos que não aceitavam sua condição buscavam maneiras de se livrarem do jugo escravocrata, partindo de atitudes extremas de suicídio e fuga. Dentre estes meios de resistência iremos encontrar os quilombos, que são pontos onde os fugitivos, libertos e brancos simpatizantes reuniam-se e formavam povoados que podiam ter de dezenas de pessoas até milhares, sendo o mais conhecido de todos o: Palmares.

O quilombo a partir de então irá figurar para a sociedade o perigo eminente a toda uma sociedade como nos aponta Reis;

Essas relações de alto risco atormentavam os senhores e governadores coloniais e imperiais. Os amocambados também assaltavam viajantes nas estradas, às vezes tornando-as intransitáveis...(REIS p.20 2007).

Estes escravos vão figurar como uma ameaça constante a tranqüilidade da sociedade escravista, eles por serem rebelados e assim uma possível “má influência” aos demais. Mesmo assim a imagem do negro brasileiro é criada e recriada de um indivíduo submisso e que nada mais serve do que para o trabalho.

.E apesar de termos a abolição da escravatura em 1888, não houve nenhuma política que desse aos ex-escravos condições de continuar o convívio em sociedade. pelo contrário tivemos ideologias e ações práticas por parte do novo governo republicano criando políticas que incentivavam a imigração europeia; utilizando de conceitos eugênicos² e religiosos que pretendiam tirar a pigmentação negra da sociedade brasileira.

O racismo não surgiu de uma hora para outra. Ele é fruto de um longo processo de amadurecimento, objetivando usar a mão-de-obra barata

²Eugênicos derivado de **eugenia** é um termo cunhado em 1883 por Francis Galton (1822-1911), significando “bem nascido” Galton definiu eugenia como *o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente*. Em outras palavras, melhoramento genético. Isso foi usado no Brasil para explicar a escravidão, por se entender que o negro geneticamente é inferior ao branco.

através da exploração dos povos colonizados. Exploração que gerava riqueza e poder, sem nenhum custo-extra para o branco colonizador e oprimido.(SANT'ANA p.42 2005)

Assim os negros acabam por „aceitar” as ideologias da sociedade e apenas alguns vão combater efetivamente os processos segregativos. Com o surgimento de movimentos contestatórios no mundo contra principalmente depois dos movimentos negros nos EUA, os negros brasileiros iniciaram uma maior organização para conquistar espaço dentro de um ambiente totalmente hostil, agravado no período da ditadura militar, averso a qualquer tipo de luta de cunho social.

Por volta dos anos 60 é que se fortalece a luta anti-racista no Brasil que passa a exigir da sociedade o respeito que ao negro fora negado. Os negros a partir deste momento se organizam para não lutar diretamente contra o preconceito efetivo, mas iniciam um trabalho de valorização das características negras da sociedade e ressaltar as contribuições que as culturas afro-descendentes proporcionaram a formação da cultura brasileira.

Visando as transformações sociais através da mobilização e organização de segmentos da sociedade civil, num país em cuja história tem sido constante e violenta a repressão a eles, os movimentos populares, por isso mesmo, consubstanciam uma resistência ao que bem poderia ser chamado de prática pedagógica da exemplaridade, exercida por setores detentores da hegemonia, seja ela de classe social, de gênero e de orientação sexual ou racial.(CAMPOS 2009)

Na luta pelo seu espaço na sociedade o movimento negro começou a ganhar força a partir da organização e conscientização de seus pares. O movimento inicia a luta por resultados realmente significativos, assim a sociedade começa a perceber e a se incomodar com alguns segmentos sociais e o que hoje vemos como conquistas é nada mais do que o reflexo de uma constante realidade de conflitos não declarados e choques culturais que vão ajudar a constituir a formação cultural brasileira.

Dentre as medidas tomadas por comunidades negras para o auxílio a seus pares e pela valorização de sua cultura, foi a criação de cursinhos pré-vestibulares PVNC (PréVestibular para negros e Carentes) onde o negro oriundo de escola pública e sem condições de prestar o vestibular e disputar de igual para igual com os demais concorrentes, podem ter a oportunidade de se preparar gratuitamente para o concurso.(SANTOS 2008). É nesta luta cotidiana que o negro irá ganhar o seu espaço de atuação e a conquista de direitos que a eles foram negado.

No Brasil a discussão racial vem a cada dia ganhando força e apesar de existir ainda alguns para alguns a “democracia racial”³.

Quero sugerir que embora a raça tenha tendido historicamente a definir condições de opressão, ela pode, sob uma interpretação culturalista (...) ser o lugar de um contra ataque, um solo ou campo para deslanchar projetos de libertação ou a partir do qual se poderia expandir a(s) liberdade(s) e abrir espaços emancipatórios. (GOLDBERG p.211 1995).

E a cada conquista que a comunidade negra brasileira alcança surge a ideia de “doação” como se as normas e leis que garantem aos negros os direitos fossem mera “gentileza” senhorial como era no período da escravidão que o senhor gentilmente cedia privilégios aos escravos de bom comportamento.

As chamadas ações afirmativas tem a pretensão de ofertar aos negros a oportunidade de estarem nas mesmas condições que os demais grupos raciais. Um dos instrumentos mais importantes para esta empreitada se dá no âmbito escolar, uma delas é as cotas para negros nas universidades; temos dois lados destintos sobre a questão. Em primeiro lugar elas garantiriam colocações para as minorias étnicas e tornaria possível que estas pudessem no futuro assumir onde hoje são sub-representados.

Os que argumentam contra as ações afirmativas afirmam que estas seriam inconstitucionais, porém omitem o fato que historicamente no Brasil as ações afirmativas existam como no caso de reserva de vagas para deficientes em concursos públicos federais e nas eleições onde são reservados percentuais para candidatura de mulheres.

Sabemos também que a quantidade de negros nas escolas públicas é bem inferior comparado aos demais grupos raciais, sendo que apenas um negro em cada 100 pessoas⁴ não negras, consegue chegar ao ensino superior. Como dizer que as cotas então são anti-constitucionais se é gritante as discrepâncias entre as oportunidades? Negar a necessidade das cotas raciais é tentar esconder uma realidade presente e condenar mais uma geração ao fatalismo de serem negros e pobres no Brasil.

³ Democracia Racial, teoria difundida nas primeiras décadas do século XX que defendia que não existia no Brasil qualquer tipo de discriminação racial, sendo esta teoria difundida principalmente pela obra de Gilberto Freyre “ Casa Grande & Senzala”; isso dava subsídio uma gama de pesquisadores que eram contra qualquer tipo de cota ou normatização étnico-racial, é até hoje encontramos pessoas que são contra as ações afirmativas por defenderem que no Brasil exista uma Democracia racial, mesmo já sendo provado que esta não existe.

⁴ Dados do IBGE.

Entretanto, este mesmo aspecto que parece afastar o racismo e admite a relevância de outros aspectos culturais acaba passando uma imagem quase indílica de nossa sociedade colonial, ocultando a exploração, os conflitos e a discriminação que a escravidão necessariamente implica, explicitando uma fantasiosa “democracia racial” na qual senhores e escravos se confraternizam embalados por um clima de extrema intimidade e muita cooperação (RIBEIRO p.60 2008)

Na verdade o que os negros querem não é serem iguais aos brancos, sim garantir um espaço de respeito e liberdade de ação social e cultural onde cada par pode exercer suas necessidades sem ter que enfrentar restrições por conta de sua ascendência.

As ações afirmativas vem no Brasil para incentivar uma discussão acerca de como temos lidado verdadeiramente com as relações raciais em âmbito nacional. Mas os que defendem a superada ideologia de que temos em nosso país uma “democracia racial”, acabam por fazer com que as discussões sobre as questões raciais se transformem numa suposta disputa de espaços e vagas entre negros e brancos.

A “invisibilidade” do processo de discriminação racial reaviva o mito da democracia racial, impedindo uma discussão séria, franca e profunda sobre as relações raciais brasileiras e, mais que isso, inibe a implementação de políticas públicas específicas para os negros. (DOS SANTOS p.19 2008)

Outros opositores das cotas para negros em universidade, também alegam que colocar um negro na universidade por sua condição racial vai gerar dentro da instituição o preconceito. Mas se o negro em seu cotidiano sofre diversificados tipos de preconceitos e nada é feito sobre o assunto, por que quando esse processo ocorre no interior das universidades é motivo de repensar as cotas?

Devemos entender que as particularidades raciais são inerentes a qualquer sociedade, por isso este debate deve estar dentro das escolas e universidades, para trazer a tona o que as pessoas insistem em ignorar, que o preconceito, a discriminação, as desigualdades raciais são uma realidade no Brasil.

Metodologia

Como forma de trabalho este projeto se pauta na pesquisa em campo com o levantamento de estatísticas vinculadas ao tema para delimitação das formas de abordagem; acompanhamento em sala de aula com observação; estudos das leis e LDB para entendimentos e acompanhas se tais leis e normas são seguidas; acompanhamento bibliografico.

Dentro desta perspectiva intenciona-se apurar com o sistema educacional na cidade de Jataí vem trabalhando as questões étnico raciais e se já existe algum trabalho elaborado em cima desta temática.

Considerações Finais

Temos condições de avançar para um sociedade em que não se tenha facilidades mas sim oportunidades, onde não precisamos nos preocupar com fraudes onde uns possam reivindicar uma condição racial para ingressar no ensino superior, mas para tanto precisamos enfrentar sérios problemas entre eles a falência do ensino público, a falta de vagas na univesidade públicas e principalmente as desigualades raciais neste país que torna a cada momento a sobrevivência de uma oportunidade cada vez mais escassa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CHALHOUB, Sidney. Visões da Liberdade: Uma história das Últimas décadas da escravidão na corte. 5ª reimpressão Ed. Companhia das Letras. São Paulo 1990.

DA COSTA, Emilia Viotti. Da senzala à Colônia. 3ª Edição. Ed brasiliense. São Paulo 1987.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. Tradução Cid Knipel Moreira 1ª edição Ed. 34. São Paulo 2001.

HOLANDA, Sergio Buarque de. Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 6ª edição 1994. 3ª reimpressão 2004. São Paulo.

JÚNIOR, Caio Prado. Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. 7ª reimpressão. Editora brasiliense, São Paulo 2004.

_____. História econômica do Brasil. 42ª edição. Editora brasiliense. São Paulo 1994.

RIBEIRO, Cristiane Maria. Projeto Educacional para a população negra brasileira: articulações teóricas e desdobramentos práticos. In: Teoria e Prática na educação Org: Sérgio Pereira da Silva. Catalão: Editora UFG 2008.

DOS ANJOS, José Carlos Gomes. No território da linha cruzada: a cosmopolítica afrobrasileira. 1ª Edição. Editora UFRGS Porto Alegre 2006.

DOS SANTOS, Sales Augusto. Ação Afirmativa e mérito individual. In: Negro e Educação Identidade negra: Pesquisas sobre o negro e a educação. Org. OLIVEIRA, Iolanda & E SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Ed. Ação educativa. São Paulo 2008.

PEIXOTO, Adão José. Filosofia, educação e cidadania. Ed. Alinea 2ª edição. Campinas - SP 2004.

PILETTI, Nelson. Sociologia da Educação. Ed. Ática. 15ª edição. São Paulo 1995.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Agendas X Agências: A construção do Movimento PVNC. In: Negro e Educação Identidade negra: Pesquisas sobre o negro e a educação. Org. OLIVEIRA, Iolanda & E SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Ed. Ação educativa. São Paulo 2008.

SCHÜTZER, Kátia. A questão racial e os recursos de formação de professores In: Negro e Educação: identidade negra pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. Org. Iolanda de Oliveira & Petrolina Beatriz Gonçalves e Silva. Editora ação educativa. Anped. São Paulo 2002.

GOLDBERG, D. T. Racist culture: philosophy and the politics of meaning. Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1995.

REIS, João José. Ameaça Negra. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. nº 27, Pag início 18, pagina final 23.2007.

MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola. 2ª edição revisada. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Brasília 2005.

Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03 Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília 2005.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. Escrita e militância: a escritora negra e o movimento negro brasileiro. Grupo de trabalho e gênero e feminismo. UERJ 2009. Site: <http://www.historia.uff.br/nec/textos/gegftext01.pdf> acesso dia 18/09/2009 às 14:27.